



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

DIREITO À CIDADE

Distribuição socioespacial dos equipamentos públicos de lazer e esporte em cidades pequenas: o caso de Castro-PR

Vinícius Teche Ribeiro de Souza¹

Patrícia Carvalho Schleder²

Sandra Maria Scheffer³

Resumo: A pesquisa analisa a distribuição socioespacial e a acessibilidade dos equipamentos públicos de lazer e esporte no pólo urbano de Castro-PR. Fundamentada em autores como Lefebvre e Maricato, discute a produção desigual do espaço e o direito à cidade em cidades pequenas. A metodologia combina geoprocessamento, análise de raios de abrangência e diagnóstico qualitativo do território e da legislação. Os resultados indicam concentração histórica de investimentos no centro, gerando falta de cobertura desses serviços nas periferias e restrições à universalização, evidenciando a urgência de políticas públicas voltadas à justiça socioambiental e à função social da cidade.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Políticas Sociais; Espaço Público; Segregação Socioespacial; Equipamentos Urbanos.

Abstract: The research analyzes the sociospatial distribution and accessibility of public leisure and sports facilities in the urban center of Castro, Paraná. Grounded in authors such as Lefebvre and Maricato, it discusses the unequal production of space and the right to the city in small towns. The methodology combines geoprocessing, analysis of service coverage areas, and a qualitative assessment of the territory and its legal framework. The results indicate a historical concentration of investments in central areas, generating service gaps in peripheral zones and limiting universal access, thus highlighting the urgency of public policies aimed at socio-environmental justice and the social function of the city.

Keywords: Urban Planning; Social Policies; Public Space; Sociospatial Segregation; Urban Facilities.

1. INTRODUÇÃO

Este texto integra o subprojeto “Crescimento socioespacial em cidades pequenas: o caso de Castro-PR”, vinculado ao programa de iniciação científica da UEPG, e tem como objetivo analisar as dinâmicas urbanas do município, com foco nos equipamentos públicos de lazer, esporte e recreação do polo urbano, entendidos como fundamentais para a efetivação de políticas sociais.

Ermínia Maricato (2011) aponta que o espaço urbano brasileiro resulta de um processo excludente e desigual, no qual o acesso à infraestrutura e aos equipamentos públicos é condicionado por fatores como renda e localização. Equipamentos como praças, parques e

¹ Bolsista em Iniciação Científica pelo CNPq, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo, 25026128@uepg.br

² Arquiteta e Urbanista, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (PPGCSA), patriciaacschleder@gmail.com

³ Professora, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutora em Gestão Urbana, smscheffer@uepg.br



quadras são essenciais para a promoção da qualidade de vida urbana e para a garantia da inclusão social. Segundo Lefebvre (2001), tais espaços materializam o direito à cidade ao possibilitar o convívio e o uso coletivo do espaço. Sob essa ótica, Maricato (2011) destaca que sua ausência dessas estruturas nas periferias reforça desigualdades socioespaciais. Dessa forma, uma distribuição territorialmente equilibrada contribui para o sentimento de pertencimento, a sustentabilidade e a equidade territorial, mitigando os efeitos da segregação (Castello, 2013; Villaça, 2001).

A falta de áreas de lazer em periferias compromete a convivência urbana e a cidadania, contrariando a função social da cidade. As políticas urbanas devem ir além do quesito moradia e infraestrutura básica, garantindo também espaços de lazer e cultura. A sua efetiva distribuição não é apenas questão urbanística, mas também compromisso com a redução de desigualdades, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 11 e com o papel do Estado na diminuição das desigualdades socioespaciais.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada baseia-se na análise espacial por meio de técnicas de geoprocessamento, utilizando *buffers* (raios de abrangência) para representar o alcance dos equipamentos urbanos. Os parâmetros para definição desses raios foram propostos por Castello (2013), que estabelece um raio de 800 metros para parques, considerando deslocamentos a pé e tempo médio de percurso de até 30 minutos. Esta abordagem permite compreender a distribuição espacial dos equipamentos e sua acessibilidade dentro do território urbano.

Com base nesses parâmetros, foram elaborados mapas representando as áreas de abrangências sugeridas, utilizando Sistema de Informação Geográfica (GIS), o que permitiu o cruzamento de informações territoriais e a análise da disposição espacial da infraestrutura urbana estudada.

Os dados utilizados para a representação cartográfica foram obtidos a partir de fontes públicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Prefeitura Municipal de Castro. O recorte e a leitura dos dados foram realizados por meio dos softwares GIS, Google Earth Pro e Adobe Illustrator, possibilitando o processamento de camadas vetoriais e a criação de raios de abrangência conforme os parâmetros de Castello (2013). A partir dos resultados, buscou-se identificar sobreposições e lacunas na distribuição dos equipamentos públicos de esporte e lazer, contribuindo para a compreensão de sua relação com o crescimento socioespacial do município.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

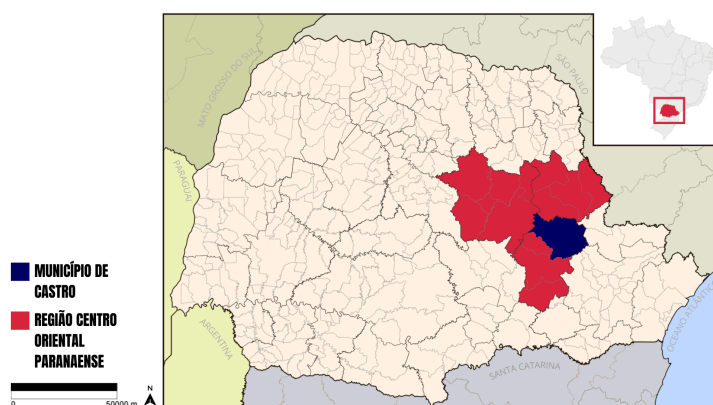
3.1 Localização e caracterização geográfica do município de Castro

O município de Castro localiza-se na região centro-oriental do estado, a cerca de 160 km de Curitiba. Um dos núcleos de povoamento mais antigos do Paraná, sua formação está



ligada às rotas tropeiras do Caminho do Viamão. Destaca-se pela forte produção agropecuária, especialmente leiteira, que lhe rendeu o título de Capital Nacional do Leite, além de possuir expressivo patrimônio histórico-cultural. Com população estimada em 75.644 habitantes em 2025 (IBGE), sendo cerca de 76% urbana e 24% rural, Castro apresenta dinâmica urbana típica de uma cidade pequena em expansão, marcada pelo contraste entre o núcleo histórico consolidado e áreas periféricas recentes, assumindo papel relevante na configuração socioeconômica regional.

Figura 1 – Mapa de situação.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

3.1 Referencial teórico: espaço urbano, acessibilidade e qualidade da vida pública

A análise espacial fundamentada em raios de abrangência, tecnicamente denominados *buffers*, delimita áreas de influência de equipamentos urbanos, tornando possível estimar a acessibilidade da população, sendo um diagnóstico inicial do território. Contudo, quando usada isoladamente, gera leituras simplificadas da cidade, pois trata o espaço como homogêneo. Por isso, é necessário combinar a análise métrica com uma leitura qualitativa do território, considerando as dinâmicas socioeconômicas e políticas que influenciam o acesso e uso dos espaços.

Essa discussão pode ser aprofundada a partir dos critérios estabelecidos por Gehl et al. (2006), que propõem doze parâmetros para avaliar e diagnosticar a qualidade dos ambientes urbanos voltados à vida pública. Esses parâmetros dialogam diretamente com a abordagem metodológica apresentada no *Manual Espaços Públicos: Diagnóstico e Metodologia de Projeto* (Gatti, 2013), ao enfatizar que a qualificação dos espaços públicos deve partir de uma leitura integrada do território, considerando fluxos, usos, conforto ambiental, segurança, acessibilidade e possibilidade de permanência. Desse modo, compreende-se que a qualidade do espaço público não se resume à sua localização ou dimensão física, mas à sua capacidade de responder às dinâmicas cotidianas da população e fortalecer a vida coletiva.

No planejamento urbano contemporâneo, os parques e espaços livres devem ser compreendidos como componentes estratégicos da infraestrutura verde e azul, conceito que se refere a um sistema integrado de áreas vegetadas e elementos hídricos. Conforme Freitas et



al. (2020), esse modelo constitui uma alternativa às práticas tradicionais de urbanização, ao incorporar funções e processos hidrológicos naturais às funções sociais e urbanas, contribuindo para a sustentabilidade e resiliência das cidades. A abordagem reconhece que parques urbanos, áreas verdes e parques lineares exercem papel fundamental na regulação ambiental, na redução da impermeabilização do solo e na melhoria do microclima urbano. No caso da infraestrutura azul, a integração dos corpos d'água ao tecido urbano amplia a resiliência das cidades frente aos eventos climáticos extremos.

Contudo, um dos principais desafios de sua aplicação reside em sua distribuição desigual no território urbano, que frequentemente se concentra em áreas centrais, valorizadas ou alvo de crescente valorização fundiária, em detrimento de favelas e setores periféricos que permanecem com menor oferta desses sistemas ou são destinados apenas a áreas ambientalmente frágeis, como terrenos alagáveis e zonas de risco, conforme apontam Freitas et al. (2020). Essa dinâmica evidencia um quadro de injustiça socioambiental, no qual os benefícios ambientais, paisagísticos e recreativos são apropriados de forma seletiva, reforçando desigualdades socioespaciais.

Embora frequentemente associadas às grandes metrópoles e densos centros urbanos, a segregação socioespacial também se faz presente nas cidades pequenas, ainda que de forma difusa e em menor escala. A menor escala territorial tende a ocultar desigualdades profundas na distribuição de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, uma vez que a concentração histórica de investimentos em áreas centrais contrasta com a precariedade dos bairros periféricos.

Nesse caso, encontraremos no território maior ou menor presença de próteses, maior ou menor disponibilidade de informações, maior ou menor uso de tais informações, maior ou menor densidade de leis, normas e regras regulando a vida coletiva e, também, maior ou menor interação intersubjetiva. (Santos; Silveira, 2001, p. 261).

Ao tratar de políticas e equipamentos públicos, é imprescindível articular o debate nos devidos marcos legais. A Constituição Federal de 1988 reconhece o lazer como direito social (Art,6º) e estabelece no Art. 217, o dever do Estado em fomentar práticas desportivas e espaços adequados à sua realização. Consoante a isso, o Estatuto da Cidade (Lei nº10.527/2001) endossa o princípio da função social da cidade, atribuindo ao poder público municipal a responsabilidade de garantir o acesso pleno e equitativo aos equipamentos urbanos. Dessa forma, a distribuição desigual de espaços públicos de convivência não evidencia apenas a falha no planejamento, mas uma violação direta de direitos sociais assegurados constitucionalmente. Tal cenário reforça a necessidade de orientação e aplicação efetiva de políticas urbanas, bem como de uma leitura crítica dos resultados obtidos por meio da análise espacial dos raios de abrangência.

Nesse prisma, a análise desses espaços, articulada a raios e leituras qualitativas, permite compreender que o acesso à cidade não é neutro ou homogêneo. Conforme Lefebvre (2001) o direito à cidade ultrapassa a simples presença física de equipamentos urbanos, envolvendo a possibilidade real de uso, apropriação e participação na vida urbana. Quando parques e espaços livres se concentram em áreas centrais e valorizadas, enquanto setores



periféricos permanecem desassistidos ou recebem equipamentos em áreas residuais e ambientalmente frágeis, evidencia-se a negação desse direito a parcelas significativas da população. Nesse sentido, Harvey (2012) contribui ao afirmar que o espaço urbano é produzido sob a lógica do capital, transformando-se em mercadoria e subordinando o planejamento urbano aos interesses do mercado imobiliário, no qual o poder público atua como agente indutor dessa valorização seletiva.

Assim, a distribuição desigual dos espaços públicos de lazer reflete relações de poder e conflitos socioespaciais, não se limitando a um problema técnico de planejamento, mas constituindo um desafio político que depende de estratégias efetivas para enfrentar a segregação socioespacial, inclusive em cidades pequenas.

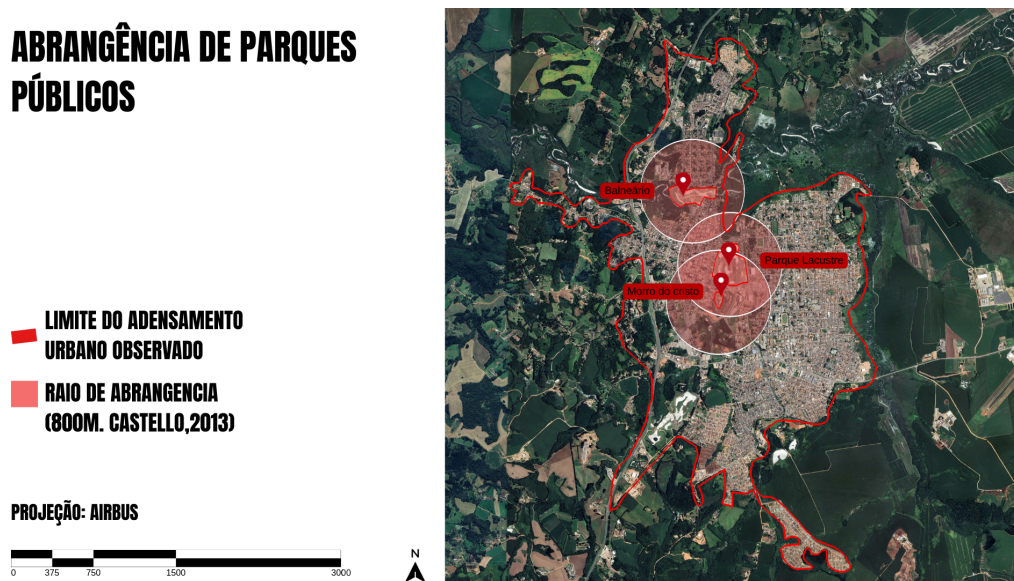
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise dos Parques Públicos

Inicialmente, analisou-se a disposição dos parques urbanos. No perímetro urbano, o município de Castro dispõe de três parques centrais em funcionamento: o Parque Balneário Dr. Libânio Cardoso, o Parque Lacustre, e o Mirante Morro do Cristo.

A Figura 2 apresenta a distribuição espacial e os respectivos raios de abrangência, evidenciando a concentração desses equipamentos na área central da cidade, em detrimento dos demais bairros. Essa conjuntura decorre do processo histórico de implantação dessas estruturas, ocorrido em períodos em que o crescimento horizontal da malha urbana era limitado.

Figura 2 – Raios de abrangência dos parques públicos no município de Castro (PR).



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Parque Lacustre, situado em área central do município (Figura 3), configura-se como um dos principais espaços de lazer e convivência da população castrense. Na década de 1980, foi desenvolvido o Projeto Terceiro Milênio, voltado à realização de intervenções nos cursos



d'água locais. Na várzea do Rio São Cristóvão, área correspondente ao atual parque, o projeto original previa a implantação de estruturas de maior complexidade, como teleférico e centro de convenções; entretanto, apenas o lago artificial e equipamentos básicos de lazer, como quadras e playgrounds, foram efetivamente executados. Essa execução parcial evidencia a descontinuidade das políticas públicas de planejamento urbano.

O espaço possui um conjunto de mobiliário diversificado, como bancos, lixeiras, iluminação pública e equipamentos de apoio ao lazer, o que contribui para a sua vitalidade urbana. A acessibilidade é garantida em todos os acessos, favorecida pela localização entre o Centro e a Vila Rio Branco, áreas de intenso fluxo e próximas a pontos de transporte público.

Figura 3 – Mapa de localização do Parque Lacustre.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 4 – Vista aérea do Parque Lacustre.



Fonte: Google Earth (2025).

A Figura 4 permite observar a ilha central e os setores destinados ao uso comunitário. A diversidade de usos inclui caminhada, práticas esportivas e lazer infantil, atendendo a distintos grupos sociais e faixas etárias. Elementos naturais e arborização, associados ao lago artificial, contribuem para o conforto ambiental e para a qualificação da paisagem, reforçando a identidade urbana do Parque Lacustre como espaço de referência turística no município. A iluminação adequada, associada à presença constante de usuários, amplia a sensação de segurança e a apropriação cotidiana, ainda que sua qualidade dependa da manutenção contínua pelo poder público.



Figura 5 – Exemplo de mobiliário urbano do parque.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Parque Balneário Dr. Libânio Cardoso (Figura 06), conhecido como “Prainha”, teve sua estruturação iniciada na década de 1950 com o objetivo de qualificar esteticamente as margens do Rio Iapó para fins recreativos. O parque abrange cerca de 13 hectares e passou por sucessivas reformas, em razão da degradação ambiental e falta de manutenção. A intervenção mais recente (2025) incluiu novas calçadas, playground e estacionamento.

Figura 6 – Mapa de localização do Parque Balneário em Castro.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Entretanto, é necessário salientar que a implementação do estacionamento na área imediatamente contígua à margem do rio (figura 7) revela um planejamento pouco sensível às dinâmicas hidrológicas locais, ao ignorar as evidências históricas de alagamentos recorrentes. Conforme destaca Tucci (2003), a ocupação ou impermeabilização de várzeas e margens altera o escoamento natural e aumenta a suscetibilidade a inundações. Além disso, Christofolletti (1981) ressalta que intervenções em áreas ripárias tendem a intensificar processos erosivos e a instabilidade das margens, especialmente quando a vegetação ciliar é reduzida ou removida, o que reforça a inadequação da localização escolhida.



Figura 7 – Playground e estacionamento em área de mata ciliar do Rio Iapó.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Após a recente reforma, o mobiliário urbano do parque encontra-se, em sua maioria, em boas condições de conservação, evidenciando investimentos voltados à qualificação do espaço público e à melhoria da experiência dos usuários. Bancos, iluminação, equipamentos de lazer (figura 8) e estruturas de apoio apresentam-se funcionais, contribuindo para o conforto, a permanência e a apropriação cotidiana do parque. Além de seu papel recreativo, o espaço também desempenha uma função de circulação urbana, constituindo-se como rota diária de deslocamento de moradores da Vila Santa Cruz, que utilizam o parque como trajeto cotidiano em direção à área central do município. Esse fluxo é especialmente perceptível no percurso realizado pela ponte de ferro, elemento estruturador da mobilidade local, reforçando o caráter do parque não apenas como espaço de lazer, mas também como eixo de passagem e integração socioespacial no tecido urbano.

Figura 8 – Playground e quadras poliesportivas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Morro do Cristo, situado na Rua Coronel Olegário de Macedo (Figura 9), configura-se como um mirante natural com vista panorâmica, por se tratar de um dos pontos mais altos da cidade. Atualmente apresenta infraestrutura precária e abriga um edifício que funciona como restaurante de culinária japonesa.



Figura 9 – Mapa de localização do Morro do Cristo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O acesso ao mirante é restrito à Rua Professor Basílio Chrun, a qual não apresenta calçamento adequado nem condições de acessibilidade universal. No que se refere ao mobiliário urbano, observa-se a presença de poucos bancos, muitos dos quais carecem de manutenção, como é possível observar na Figura 10. Essas limitações comprometem a qualidade da infraestrutura, afetando o conforto, a permanência e a apropriação do espaço, sobretudo por pessoas com mobilidade reduzida. Tal cenário evidencia a necessidade de intervenções do poder público voltadas à melhoria das condições de acesso, à qualificação do mobiliário urbano e à manutenção dos equipamentos, de modo a assegurar o cumprimento da função social e paisagística do mirante no contexto urbano.

Figura 10 – Vista aérea do Morro do Cristo.



Fonte: Google Street View (2025).

Embora o Parque Lacustre e o Balneário Dr. Libânio Cardoso tenham sido concebidos antes da consolidação dos conceitos de infraestrutura verde e azul, ambos integram vegetação nativa e corpos hídricos ao traçado urbano, ampliando os serviços ecossistêmicos, promovendo conectividade ambiental, favorecendo a drenagem natural e qualificando a experiência urbana.

O Parque Lacustre, implantado na várzea do Rio São Cristóvão, reúne lago, vegetação e áreas de lazer, desempenhando não apenas função recreativa, mas também ambiental.



Conectado ao Rio Iapó, contribui para a drenagem urbana, manutenção da permeabilidade do solo e regulação microclimática, além de preservar remanescentes de Floresta Ombrófila Mista, integrando funções ecológicas e paisagísticas ao espaço urbano e fortalecendo a resiliência ambiental da cidade.

De forma análoga, a “Prainha” desempenha papel semelhante, mantendo porções de mata ciliar e áreas de infiltração preservadas. Ainda que intervenções recentes nem sempre tenham seguido integralmente os princípios de sustentabilidade e preservação hidrológica, o parque mantém viva a relação entre a população e o curso d'água. No contexto urbano contemporâneo, essas características são relevantes para a redução dos impactos hidrológicos e construção da resiliência climática, mesmo que a lógica original não tenha se apropriado explicitamente desses conceitos.

4.2 Análise dos Equipamentos de Esporte

Quanto aos equipamentos esportivos, observa-se na Figura 11, uma maior capilaridade territorial, com inserção em diversas áreas da cidade. Contudo, determinados setores urbanos não dispõem de acesso pleno a esse tipo de infraestrutura.

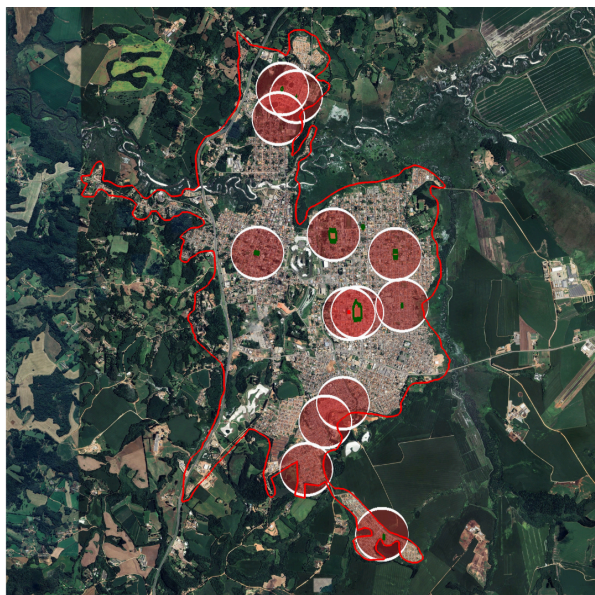
Figura 11 – Equipamentos de esporte e raios de abrangência.

ABRANGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE ESPORTE

LIMITE DO ADENSAMENTO URBANO OBSERVADO
RAIO DE ABRANGÊNCIA (400M. CASTELLO, 2013)

PROJEÇÃO: AIRBUS

0 375 750 1500 3000



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Apesar da distribuição aparentemente ampla, ainda existem áreas sem cobertura adequada, exigindo deslocamentos incompatíveis com a acessibilidade cotidiana, sobretudo para crianças, jovens e idosos. Além disso, a simples presença dos equipamentos não garante seu uso, pois fatores como segurança, conservação e condições de circulação influenciam sua apropriação. Nas periferias, a precariedade da infraestrutura limita o acesso real, evidenciando a oferta seletiva de infraestrutura urbana apontada por Santos (1996).

Analisa-se três equipamentos esportivos centrais em Castro, o Complexo Esportivo Nazem Fadel, o Centro de Atividades Físicas e o Estádio Municipal Lulo Nunes, considerando



não apenas sua localização no tecido urbano, mas também as condições de uso, integração socioespacial e acessibilidade cotidiana, conforme Castello (2013) e Santos (1996).

O Complexo Esportivo Nazem Fadel fica localizado na Vila Rio Branco, em meia quadra, confrontante com as ruas Marechal Deodoro (ao sul), Dr. Javert Madureira (ao leste) e Raimundo Gaião (ao norte), conforme ilustrado na Figura 12.

Figura 12 – Localização do Complexo Esportivo.

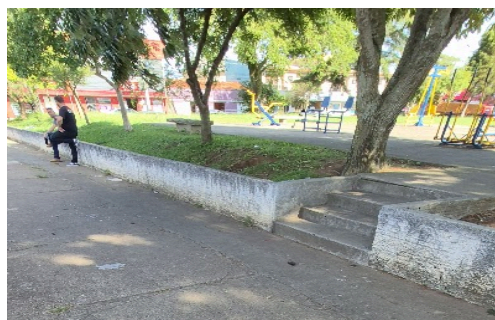


Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O complexo ocupa posição estratégica por situar-se em zona de transição entre o centro e bairros residenciais. Do ponto de vista da acessibilidade, apresenta abrangência compatível com o raio de 400 metros proposto por Castello (2013); embora o entorno possua, em geral, calçamento contínuo, persistem descontinuidades que comprometem a caminhabilidade, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. O uso do espaço é predominantemente local, com práticas esportivas e de lazer diversificadas, o que resulta em público de diferentes faixas etárias. A proximidade com equipamentos públicos e atividades comerciais intensifica os fluxos cotidianos e contribui para a consolidação da área como centralidade urbana, conforme discutido por Villaça (2001).

O local possui diversos acessos para pedestres; entretanto, nem todos apresentam condições adequadas de acessibilidade universal. Conforme observado na Figura 13, não há presença sistemática de rampas e corrimãos, o que dificulta o acesso pleno por parte de pessoas com dificuldades de locomoção.

Figura 13 – Acesso para pedestres.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A infraestrutura de apoio existente apresenta condições satisfatórias no que se refere à oferta de equipamentos e ao conforto ambiental, com destaque para o bom sombreamento proporcionado pela presença de árvores, em sua maioria plantadas por moradores, o que evidencia práticas de apropriação e cuidado coletivo com o espaço. O complexo conta ainda com playground e quadras poliesportivas, ampliando as possibilidades de uso por diferentes faixas etárias. No entanto, para que essa diversidade de usos se mantenha efetiva ao longo do tempo, torna-se imprescindível a manutenção contínua das estruturas e dos equipamentos esportivos.

No que se refere ao mobiliário urbano, identificam-se bancos em quantidade moderada, porém com tipologia associada à arquitetura hostil, (proibida pela Lei nº 14.489/2022) o que reduz o conforto e o tempo de permanência, limitando parcialmente a função do espaço como área de convivência. Nesse sentido, o Complexo Esportivo Nazem Fadel exemplifica a seletividade na oferta de infraestrutura urbana, conforme Santos (1996), uma vez que, embora presente no território, o equipamento não garante condições equitativas de acesso e uso.

Localizado na mesma quadra do Complexo Esportivo Nazem Fadel, com acesso pela Rua Padre Casimiro, conforme a Figura 14, o Centro de Atividades Físicas (CAF) insere-se em contexto urbano semelhante, embora apresente dinâmicas de uso e apropriação distintas, apesar da proximidade física entre os equipamentos.

Figura 14 – Localização do CAF.

LOCALIZAÇÃO DO CAF

- Rua Marechal Deodoro
- Rua Padre Casimiro
- Centro de Atividades Físicas

0 500 1000 1500 2000 m



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



O CAF caracteriza-se por uma oferta direcionada à prática orientada de exercícios físicos, semelhante a uma academia privada, o que atrai um perfil de usuários diversificado, incluindo jovens, adultos e idosos. Essa diversidade etária reforça a importância da acessibilidade universal e da qualidade dos espaços de circulação, aspectos que, conforme Castello (2013), são fundamentais para ampliar o alcance efetivo dos equipamentos urbanos.

Ao analisar seu entorno imediato e inserção na malha urbana, observa-se que o acesso ao edifício é comprometido, apesar da existência vagas destinadas a pessoas com mobilidade reduzida e rampas de acessibilidade, não há calçamento adequado na via em que o equipamento se localiza, mesmo tratando-se de área com intenso fluxo de pedestres, em função da presença de outras instalações de uso público, como Fórum Cível e Eleitoral e Biblioteca Municipal.

O edifício, com área de 733,96 m², conta com salas destinadas à musculação, ginástica geral, ginástica rítmica, dança infantil, ritmos, capoeira, taekwondo, treinamento funcional, além de salas de recepção, administração, depósitos de matérias, cozinha com despensa, vestiário masculino e feminino, e banheiros com acessibilidade.

Evidencia-se, assim, uma contradição entre a qualificação interna do equipamento e sua inserção urbana, uma vez que, apesar da infraestrutura diversificada e acessível, o acesso é comprometido pela precariedade do espaço público no entorno. A ausência de calçamento adequado em uma área de intenso fluxo de pedestres limita a acessibilidade plena e reduz o alcance social do equipamento, reforçando que a acessibilidade deve considerar o percurso e não apenas o edifício (Castello, 2013; Santos, 1996).

O Estádio Municipal Lulo Nunes (Figura 15), conhecido como “Caramuru”, localiza-se mais ao sul da Vila Rio Branco, também ocupando meia quadra urbana, confrontante com as ruas Francisco Assis de Andrade (ao sul), Coronel Vidal Martins de Oliveira (leste) e Conselheiro Jesuíno Marcondes (oeste). Diferentemente dos equipamentos anteriormente analisados, o estádio possui uma escala mais ampla e caráter especializado, sendo voltado principalmente para eventos esportivos formais.

Figura 15 – Localização do Estádio Municipal.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



O Estádio Caramuru dispõe de infraestrutura diversificada, incluindo campo de futebol com arquibancadas, vestiários e sanitários, quadras poliesportivas, playgrounds e áreas destinadas à permanência, como espaços para sentar. Essa multiplicidade de equipamentos favorece a apropriação cotidiana e contribui para a vitalidade do espaço, atuando como elemento de prevenção a processos de degradação futura. Contudo, apesar das condições estruturais observadas, a insuficiência de áreas sombreadas compromete o conforto ambiental e restringe a permanência dos usuários, especialmente nos períodos de maior incidência solar.

Na Figura 16 é possível observar o campo de futebol e os demais equipamentos disponíveis para uso, o que evidencia a coexistência de diferentes usos esportivos e de lazer em um mesmo espaço. Essa configuração reforça a importância da diversidade funcional para a intensificação dos usos e para a permanência dos usuários ao longo do dia, aspecto apontado por Gehl (2006) ao discutir a relação entre qualidade do espaço público, permanência e apropriação social.

Figura 16 – Vista das arquibancadas do estádio



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

5. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida evidenciou que, embora a malha urbana de Castro possua um conjunto significativo de parques e equipamentos esportivos, a distribuição dessas estruturas no tecido urbano ocorre de forma profundamente desigual, refletindo um padrão histórico de concentração em áreas centrais. Os resultados obtidos por meio dos raios de abrangência, aliados à análise qualitativa, demonstram que a acessibilidade teórica nem sempre se converte em acessibilidade efetiva no território. Fatores como a qualidade do entorno, a conservação do mobiliário e a existência de barreiras arquitetônicas determinam a real apropriação social desses espaços.

A infraestrutura dos parques urbanos apresenta condições satisfatórias nos setores consolidados, como o Centro e a Vila Rio Branco, onde o mobiliário e a integração com a infraestrutura verde e azul qualificam a experiência urbana. Todavia, essa oferta qualificada ocorre em detrimento de bairros periféricos, a exemplo do Jardim das Araucárias, Cantagalo, Jardim Alvorada, Jardim Arapongas e Morada do Sol, que permanecem à margem dos



investimentos públicos. Tal configuração expressa a seletividade dos investimentos, limitando o alcance social das políticas urbanas e impondo deslocamentos excludentes à população periférica, o que configura uma violação direta do direito à cidade e à convivência social.

Embora mais distribuídos pelo território que os parques, os equipamentos esportivos têm sua funcionalidade limitada pela descontinuidade urbana e pela precariedade da caminhabilidade. O caso do CAF evidencia que a qualidade interna do equipamento contrasta com a precariedade do entorno, mostrando que o planejamento deve incluir também as condições de acesso e percurso.

Diante desse cenário, a superação das desigualdades identificadas exige que a gestão municipal ultrapasse a lógica de implementação pontual e fragmentada de equipamentos. É imperativo que as ações do poder público alinhem-se efetivamente aos instrumentos de função social da cidade previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor local, priorizando a intersectorialidade entre o planejamento físico e as demandas sociais. A promoção de uma distribuição equitativa, associada à garantia da acessibilidade universal e à consolidação de infraestruturas verdes em áreas vulneráveis, constitui o caminho necessário para que a justiça socioambiental deixe de ser uma meta abstrata e se materialize na vida cotidiana da população castrense.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.
- BRASIL. Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2022.
- CASTELLO, Iara Regina. Equipamentos Urbanos: grupos hierárquicos, parâmetros de localização e características gerais. Porto Alegre: UFRGS/FA/DEPU, 2013.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geomorfologia Fluvial. São Paulo: Edgar Blücher, 1981.
- FREITAS, F. S. de; FREITAS, E. P.; LOPES, W. G. R. Infraestrutura verde: conceitos, avanços e desafios para o planejamento urbano sustentável. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 12, e20190218, 2020.
- GATTI, Simone. Espaços públicos: diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.
- GEHL, Jan; GEMZOE, Lars; KARNAES, Sia. New City Life. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no século XXI. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- TUCCI, Carlos E. M.; BERTONI, José C. Inundações Urbanas no Brasil. Porto Alegre: ABRH, 2003.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001.